

História do Concelho de São Pedro do Sul

As referências documentais mais precisas ao território de S. Pedro do Sul datam do século XI, mas é possível encontrar, a montante daquela data, linhas de continuidade histórica que nos ajudam a compreender a actual matriz de organização do seu povoamento. Esse quadro referencial torna perceptível que o território se achava então, e já, povoado e organizado em características unidades de exploração agrária (“villas”), disseminadas pelas zonas de vale, numa malha dispersa e em estreita articulação com o rio Vouga e os seus dois principais afluentes. O rio Sul e o rio Varoso. Constituían, então, e também já, um contraponto à expressiva polarização nas áreas de S. Pedro e Termas.

Razões diversas justificam esses pólos, mas verifica-se que os suportes de fixação estão intimamente relacionados com pontos de cruzamento e/ou apoio dos suportes de circulação, sejam as principais “vias” naturais de penetração no território como os rios Vouga, Sul, Varoso ou a própria Ribeira da Landeira, sejam as vias artificiais de traço romano estruturantes das articulações territoriais ainda durante o período medieval. Dois eixos principais asseguram essas articulações em três direcções: um primeiro, que progredia por Vouzela e Banho (Termas), articulava o litoral - centro (Águeda) com o interior (Viseu) e cruzava-se na área de S. Pedro com o segundo que, progredindo por Manhouce, constituía a articulação com o litoral – noroeste (Porto).

Nas áreas do Concelho os elementos congregadores são unidades religiosas conventuais, que pela sua proximidade e mútuo benefício ao traçado viário contribuem para a polarização do povoamento: o primeiro de evocação a S. Pedro, que o seu patrono doa á Sé Episcopal de Coimbra (entre 1092/1098) e que se implantou próximo do local onde os rios Vouga e Sul se cruzam e onde igualmente se entroncavam as vias de traço romano – o segundo da evocação a S. Cristóvão, da ordem de Cister aqui implantada no século XII, situado próximo do rio Varoso e junto do traçado da via que progredia por Manhouce, exercia o controle da grande parte das propriedades nessa zona ocidental do território pela Carta de Couto de D. Afonso Henriques (1132), que lhe aplicou os seus domínios constituídos por doações. Na área do Banho (Termas), a polarização justificar-se-á pelo aproveitamento termal da nascente sulfurosa, na continuidade da ocupação romana (o Balneum , confirmado em absoluto pelas escavações arqueológicas em curso) e que terá, certamente, reforçado o ponto onde a via romana haveria de cruzar o rio Vouga.

Mas essa continuidade de ocupação desde a permanência romana não se evidenciará apenas na área das Termas; ela ter-se-á verificado, muito provavelmente, nas já referidas “villas” agrárias que, a coberto das eminências castro-castelejas, se disseminaram pelos vales. Com efeito, alguns topónimos registados já no século XI ou, mais tarde, no século XIII permitirão inferir origens romanas e alti - medievais (Reconquista Cristã) para algumas das actuais povoações: Baiões, Ansiães (Ansilanis, “villa” de Ansila), Goja, Cotães, Segadães (Sagates), Nodar (Notarei, “villa” de Notarius), Bordonhos (Iban Ordonius), Filmir, Recemir, etc.

Este é um aspecto da continuidade histórica do povoamento do território de S. Pedro do Sul que se acha presente noutras regiões; a complementaridade entre a ocupação das zonas de vale, de encosta e de cima dos montes é hoje um dado adquirido para o período pós- castrejo. O próprio Banho (Termas) é um sucedâneo de uma ocupação castreja – Castro do Banho (classificado) – que lhe ficava próximo, na margem norte do rio Vouga (Ferreiros). Outros castros distribuíam-se pelo território, controlando áreas de extensão variável, numa característica hierarquia que se referencia muito directamente às próprias características topográficas de cada sítio – Monte Redondo, Sul (Castelo), Cárcoda, Senhora da Guia, Gumei, Ribamá, Lafão, Senhora do Castelo, Picoto. Os mais importantes no contexto territorial são os de Lafão, Senhora da Guia e Senhora do Castelo, sendo estes últimos os de maior influência no enquadramento da área de S. Pedro pela sua estratégica localização sobre o vale do rio Vouga.

É precisamente um destes (Senhora do Castelo) que, após acastelamento, irá manter-se como centro militar e administrativo da “terra medieval de Lafões”. Também aqui se segue uma prática comum de implantação e organização dos domínios dos senhores, anterior á segunda metade do século XIII; são ruínas de antigos castros da idade do ferro que os senhores escolhem para construírem os seus castelos e, daí, se defenderem de ataques inimigos, vigiarem as estradas onde circulam homens e mercadorias e dominarem as populações que trabalham as terras (José Matoso, 1985). O da Senhora do Castelo ergue-se praticamente no centro do território de Lafões, entre S. Pedro do Sul e Vouzela, podendo exercer um controle militar e administrativo (económico e jurídico) extremamente eficaz sobre a principal via de articulação deste espaço.

Este e outros pontos defensivos, que se distribuíam pelo território, são eficientes atalaias e importantes referenciais para todas as unidades de povoamento que congregavam as diversas comunidades de vizinhos: as chamadas paróquias, cujas as sedes religiosas constituíam, já em pleno século XIII (Inquirições de 1258), praticamente a totalidade das actuais freguesias.

Por outro lado, a distribuição desses pontos defensivos por acastelamento está directamente articulada com a implantação dos domínios dos senhores e com organização das suas propriedades – as chamadas “honras”. Das Inquirições de 1258 revela uma mancha de sedes de “honra” cobrindo a zona centro - norte do território, localizadas precisamente a coberto das eminências fortificados de Senhora da Guia, Cárcoda e Castelo (Sul), distribuindo-se a maior parte delas pelas freguesias de Baiões (Baiões, Segadães e Calvos), Bordonhos (Bordonhos e Figueirosa), Carvalhais (Paços, Casal de Renda, Sá, Torre, Mourel...), Várzea (Ansiães, IDrises e Beirós), Vila Maior, Pinho (Pinho, Sobral e Moldes) ou Sul (Amaral). Em contrapartida, nas zonas sudoeste e nordeste do território dominavam as propriedades dos mosteiros e ordens militares, com destaque para o mosteiro de S. Cristóvão de Lafões (toda Valadares e Covelo, praticamente toda Sta Cruz da Trapa e toda S. Cristóvão de Lafões que era o couto propriamente dito), mosteiro de S. João de Pendurada (quase todas S. Martinho das Moitas e Covas do Rio) ou a Ordem do Hospital (o couto de Goja em Vila Maior).

As propriedades Régias, embora presentes nas diversas Freguesias, concentravam-se em Serrazes e S. Pedro do Sul.

Todas essas unidades de povoamento integravam uma mesma unidade territorial e administrativa a “ Terra “ ou “ Julgado de Lafões”, sucessivamente “ Concelho de Lafões” e “Comarca de Lafões”. Sabe-se que ainda no reinado de D. Dinis todo o território se agrupava sob o designativo de Lafões, aparecendo no arrolamento do imposto geral sobre os tabeliães de todo o reino, estabelecido em 1287-9, incluindo no bispado de Viseu e com um no de tabeliães fixado em 3, entre Trancoso (com 4, que era o nº máximo) e Viseu (com 2).

A realização de uma importante feira em Vouzela, confirmada por carta datada de 1307, em muito concorreria, é certo, para essa elevada concentração de tabeliães. Mas ela pode compreender-se melhor se tivermos em conta a extensão da unidade administrativa quando coincidente com a própria unidade territorial, justificando-se assim um nº de tabeliães superior a Viseu que era, sem dúvida, uma entidade urbana mais importante e mais concentrada.

Aquela coincidência haveria de prolongar-se por séculos e sob essa designação de Lafões D. Manuel Ihe atribuiu foral novo em 1514. ainda deste mesmo século, um interessante documento confirma aquela conjuntura política e administrativa, revelando uma singular circunstância, no Cadastro da População do Reino, de 1527, Lafões é referido como um “concelho com duas vilas e ambas são cabeça”; alusão a S. Pedro e Vouzela unidas em concelho” e dentro dele jazem outros concelhos “. Aos outros, se referiam a Caldas de Lafões (século XII) e Sul (século XIII)- aqui se conserva o pelourinho – extintos ambos no século XIX: o de Sul em 1853 e o de Caldas em 1834, quando se determinou a divisão em dois concelhos apartados – S. Pedro do Sul (que englobaria o das Caldas) e Vouzela.

Estas circunstância não impediu que a unidade territorial prevalecesse como uma realidade projectável, para a qual se poderia (e se deveria) conseguir melhorar as articulações regionais, explorando o elemento - base de organização de todo o território : o rio Vouga. Datam do último quartel do século XVIII os estudos iniciais para tornar navegável o rio Vouga, precisamente até S. Pedro do Sul, e estão perfeitamente integrados no contexto político e económico da época, quando se projectaram várias infra-estruturas de circulação interna e de articulação do país com o exterior. Foi em 1777 que os dois engenheiros militares Isidoro Paulo Pereira e Manuel de Sousa Ramos – quando acompanharam Guilherme Elsdén nos trabalhos da barra de Aveiro – elaboraram um relatório “ sobre o poder ser navegável o rio Vouga até S. Pedro do Sul”. Em 1780, um Aviso Régio ordenava mesmo que os trabalhos visassem também “facilitar quanto possível a Navegação do Rio Vouga”, mas instruções posteriores viriam a colocar este objectivo em segundo plano relativamente á abertura da barra.

O projecto não seria de todo abandonado; em 1829, Joaquim Baptista, médico em Lafões, reelabora um plano para a navegabilidade do rio, alicerçado em interessantes argumentos de carácter económico desenvolvidos nas suas “ Reflexões sobre a navegação do rio Vouga” apresentadas á Academia Real

das Ciências. Ainda em 1837, uma Portaria colocava de novo a questão do encanamento do rio Vouga, até S. Pedro do Sul, e mesmo em 1853 o projecto ainda se mantinha presente. Mas o desenvolvimento da circulação ferroviária fazia a ideia já obsoleta e a tão desejada articulação seria resolvida pela linha do “Vale do Vouga”, também ela atrasada pois, não obstante ter sido projectada e realizada ainda no século XIX (respectivamente em 1879 e 1895), só no século XX (1914) viria a ser uma realidade com algum benefício e relativa influência na dinâmica económica do território de Lafões.

Verdadeiramente conseqüente parecer ser o incremento da actividade termal, que se expressa na reforma do complexo das Termas com a construção de um novo estabelecimento em 1885 (designado Termas Rainha D. Amélia, em 1895), ou no desenvolvimento das explorações mineiras, que se multiplicam pelo território e de que se extraem “ riquezas rápidas” patentes nas novas edificações oitocentistas e nos palacetes que acentuam o carácter urbano dos principais aglomerados.

As linhas de força enunciadas permitem compreender a emergência de três núcleos com carácter urbano. Com efeito, a dinâmica das circulações pelo território, proporcionou, na origem, a fixação de três principais pontos de cruzamento que haveriam de se afirmar como pólos de concentração preferencial. Para essa preferência terá concorrido a presença de outros elementos, cuja a implantação se situa próximo daqueles pontos de cruzamento e que, pela sua natureza económica, religiosa e / ou assistencial, se apresentaram como estruturas de apoio e enquadramento da fixação, complementando os principais suportes da circulação. Acresce a essa diversa natureza, o facto dos acontecimentos geradores terem ocorrido em momentos históricos igualmente diversos, o que nos ajudará a compreender as diferenciadas características morfológicas dos três núcleos, que passamos a referir.

Assim, encontramos duas situações de verdadeira “ testa de ponte” nas Termas e no Bairro da Ponte, as duas unidades de concentração que se desenvolveram em áreas adjacentes aos locais onde as antigas vias transpuseram, respectivamente, os rios Vouga e Sul – esta circunstância, já por si “ quase sempre favorável a uma permanência, terá sido reforçada por outros acontecimentos que se constituíram em factores de fixação, como seja, no caso das Termas o aproveitamento da nascente sulfurosa, pelo menos desde a dominação romana, e no caso do Bairro da Ponte a realização periódica da mencionada feira Velha (para, assim, se distinguir da feira de S. Pedro do Sul), cuja origem poderá situar-se na época moderna e que terá reforçado qualquer nuclearização já existente.

Quanto ao terceiro núcleo, o de S. Pedro do Sul, desenvolveu-se próximo do ponto onde a via antiga se dividia, havendo um traçado que se dirigia ao leito das duas linhas de água e ligava a Viseu, outro que progredia pela encosta em direcção a Manhouce para ligar ao litoral Noroeste (Porto) – bem próximo deste ponto de cruzamento de vias, onde ainda existe a Igreja de S. Pedro, poderá ter-se situado a unidade conventual que vocatur Sancti Petri in terra Alaphoen (Dip. Et Ch. ° 894), documentada entre 1092 e 1098 pela doação á Sé de Coimbra, feita pelo presbítero Troitosendo, e da qual se diz – no Século XII que

est fundamentum secus de cursos rivulos Sur et Vauga (idem nº 163), constituindo um significativo elemento congregador.

A estrutura morfológica de cada um dos referidos núcleos é diversa, naturalmente por força dos elementos físicos historicamente representativos que, em cada um deles, se acham ainda presentes.

Na área das Termas, a unidade termal romana, em parte subsistente na actual estrutura classificada como valor patrimonial, implantando-se na plataforma subranceira ao rio e situada a Norte do eixo da actual ponte e da antiga via, marcaria em definitivo toda a estruturação. É aceitável que aquela unidade termal, que constitui o testemunho mais evidente desse “estrato” de ocupação, não estivesse isolada como, aliás, era comum em unidades termas romanas. Desconhecem-se, ainda, quais e como se organizavam as outras estruturas complementares do balneum romano das Termas, mas sabe-se que a área envolvente conheceu uma continuidade de ocupação na Alta Idade Média, testemunhada por materiais arqueológicos e arquitectónicos, entre os quais os restos de um ajimez, integrado hoje na cabeceira da pequena capela de fâcies gótico situada mais a Norte. A importância dessa ocupação, cujos contornos ainda se desconhecem, pode estar na origem da atribuição, por D. Afonso Henriques, do foral que se institui o concelho do Banho.

O chamado “Estabelecimento Velho” só viria a ser substituído no século XIX, reconhecendo-se os sinais de reformas medievais e quinhentistas (atribuídas ao reinado de D. Manuel) e também já se havia identificado uma estrutura complementar, conhecida como Banho Seco, cuja edificação está documentada por uma lápide datada (1639) que hoje se encontra colocada junto á nascente principal. O edifício que veio substituir o antigo complexo termal (1885 e designado ” Termas Rainha D. Amélia” em 1895) ainda se pode considerar incluído na área que, desde a origem, estaria “reservada” para o sector balnear, já que o povoado, tendencialmente, se estruturou pelas zonas de encosta adjacentes, numa urbanização de tipo arruado. A construção desse equipamento, coadjuvado pelas instalações do Grande Hotel das Termas já neste século, reforçaria aquela tendência e proporcionaria a configuração de um largo de acentuado cariz urbano.

No núcleo do Bairro da Ponte é precisamente o Largo da Feira, configurado em plataformas de suculto para anular a agressividade topográfica, que se constitui como elemento de articulação unitária das habitações que evidenciam, maioritariamente, uma qualificada estrutura edificada, mais rural que urbana.

Quanto ao núcleo de S. Pedro, a sua estrutura urbana resultou, em grande parte, da própria estrutura dos elementos originais; de facto, é a actual rua Direita que se apresenta como elemento base da sua morfologia e o mais significativo referencial urbano. Ela configura o antigo traçado viário romano / medieval, ao longo do qual se desenvolveu a vila, e está contida por dois largos que se constituíram, muito provavelmente, em tempos distintos . o primeiro (a Sul), junto á Igreja de S. Pedro e localizado no ponto em que se “bifurcava” a via, afirmou-se como uma verdadeira frente de S. Pedro do Sul até ao século XIX. A localização do primitivo convento, embora seja difícil demarcá-la com rigor , pode ter concorrido para a sua constituição: ainda hoje se inicia nesse

largo uma ruela que se dirige ao rio Vouga e que conserva o significativo topónimo de Chão do Mosteiro.

Também nesse largo se conservavam as edificações que evidenciam os sinais construtivos de maior antiguidade e as construções solarengas dos séculos XVII e XVIII.

A tendência para um desenvolvimento para Norte, ao longo da via, terá sido sempre constante e mesmo incrementada a partir de seiscentos, tendo concorrido a instalação dos frades observantes com o seu convento, hoje ocupada pela Câmara Municipal. Desde então se estruturou um segundo largo, junto ao convento, o palco da chamada Feira Nova, que hoje se realiza na zona da antiga Estação de Caminhos de Ferro; é um traço de vitalidade económica e urbana, que se apresenta como um testemunho histórico da riqueza da região, em pleno setecentos, patente nas ricas construções solarengas e na reforma das fachadas ou das estruturas religiosas a cerca desse convento deveria desenvolver-se para Sul da igreja e terá mesmo “garantido” uma reserva de espaço que assim sendo, proporcionou o primeiro espaço ajardinado da vila. Esta, até ao século XIX, foi uma estrutura urbana debruçada sobre si própria, com uma única frente virada ao seu “corredor interior” configurado pela rua Direita. Uma nova via se abre então, num traçado “fontista”, com algumas articulações transversais á antiga rua, e para a qual se abrem as novas edificações oitocentistas, evidenciando riquezas rápidas extraídas das explorações mineiras. A extensão para Sudoeste é, igualmente, um fenómeno recente, despertado pela passagem do caminho de ferro que, por razões topográficas, não se aproximará do “centro” quanto desejado. Uma singular Avenida da Estação é, então, traçada, com a sua característica arborização lateral e edificação de alguns palacetes, contribuindo para a extensão da vila até ás suas imediações, mais pela instalação de alguns serviços (hospital, escola) e comércio do que pela habitação.